



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

18/05/2018

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	5
3.2. OUVIDORIA.....	6
3.3. VARA CRIMINAL.....	7 - 8
3.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9 - 11
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. CONVÊNIOS.....	13
5.2. POSSE.....	14
5.3. VARA CRIMINAL.....	15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	16 - 21
6.2. VARA CRIMINAL.....	22 - 23
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. CONVÊNIOS.....	24
7.2. CORREGEDOR (A).....	25
7.3. PRESIDÊNCIA.....	26
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CONVÊNIOS.....	27
8.2. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	28
8.3. DESEMBARGADOR.....	29
8.4. FALECIMENTO.....	30
8.5. JUÍZES.....	31
8.6. POSSE.....	32
8.7. VARA CRIMINAL.....	33 - 38

SERIAL KILLER DO MARANHÃO

“Corumbá” será julgado por matar e comer pedaços do corpo de turista espanhola em praia de Alcântara. O assassino em série ainda matou outra turista em Barreirinhas



Página 8

**RONDA
POLICIAL**

Julgamento de assassino em série

Serial killer 'Corumbá' tem julgamento marcado em Alcântara. Ele confessou ter assassinado mulheres entre os anos de 1999 e 2005

O serial killer (assassino em série) José Vicente Matias, o "Corumbá", vai ser julgado pelo assassinato da espanhola Núria Fernandez Collada, na Praia de Itatinga, em Alcântara.

O julgamento será terça-feira (22), 13 anos após o crime. Corumbá está preso em Goiás também por ter matado outra turista. Corumbá

teria, de forma fria e cruel, assassinado a turista espanhola no dia 18 de março de 2005. Eles teriam se conhecido em São Luís e, após ter conquistado a confiança da estrangeira, viajaram juntos para Alcântara. Corumbá diz ter "cometido o crime com pauladas na cabeça da vítima". Ele ainda teria comido partes do corpo da mulher

em um ritual de magia negra. Corumbá é suspeito de ter matado pelo menos seis mulheres. Em 2016, foi condenado a 24 anos de prisão pela morte da turista israelense Katryn Rakitov, em Goiás. Em 2018, foi condenado a 23 anos de prisão pela morte e ocultação de cadáver de Lidiayne Vieira Melo, em 2004, em Goiânia.

Vara da Infância de Imperatriz promove ações de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes

Entre as ações, será realizado um passeio ciclístico chamando atenção para a importância de denunciar os casos

Em alusão ao Dia de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, a Vara da Infância e Juventude da comarca de Imperatriz promove atividades preventivas e ações de mobilização nos dias 18 e 20 de maio. A unidade judicial, que tem como titular o juiz Delvan Tavares Oliveira, promoverá palestra e passeio ciclístico chamando atenção para a importância de denunciar os casos.

Por meio do Comissariado da Infância da unidade, no dia 18 de maio será promovida palestra voltada para coordenadores de escolas e professores, tratando sobre

o abuso e a exploração infantojuvenil. Segundo o juiz Delvan Tavares, o objetivo é que os professores e coordenadores possam disseminar as informações no ambiente escolar, esclarecendo os estudantes sobre as várias formas de crime sexual contra crianças e adolescentes e as formas de denúncia.

Já no dia 20, acontece a quinta edição do Passeio Ciclístico de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Como nos anos anteriores, o passeio sairá do Fórum Henrique de La Roque (Rua Rui Barbosa, s/nº, Centro), percorrendo as principais ruas da cidade. A ins-

crição é gratuita e será feita no local. Os participantes receberão camisetas, lanche e participarão de sorteio de brindes. "O objetivo do Passeio Ciclístico é chamar atenção da sociedade local para a importância de que denunciem os crimes de abuso e exploração sexual", observa o juiz.

O passeio Ciclístico é realizado com apoio de empresas locais como a Leite em Pó Soberano, Honda Motociclos, Pharmapele, Bodim Bicicletas e Motos, Hotbel, Top Sport, Tok Bolsas, Água Mineral Ana Rosa, Óticas Maia, Só Camisetas. **(CGJ MA)**



Reprodução/Célia Valadão

O Dia de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes é 18 de maio.

Temer nomeia Gustavo Vilas Boas novo membro do TRE-MA

Advogado compôs a lista tríplice encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e vai substituir o colega Daniel Blume, cujo mandato na corte eleitoral encerrou-se na última 5ª-feira

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O advogado Gustavo Vilas Boas é o mais novo membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Ele foi nomeado pelo presidente da República, Michel Temer (MDB), na tarde de ontem, e substituirá o advogado Daniel Blume, cujo mandato encerrou-se na quinta-feira.

Ainda não há confirmação sobre data para a posse do novo membro. Enquanto isso, a Corte Eleitoral atuará com um membro a menos, já que Blume já era juiz substituto.

Vilas Boas integrava uma lista tríplice de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB-MA) eleita pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ainda em 2016. Mas foi nomeado somente agora por conta da quantidade de impugnações aos indicados.

Gabriel Ahid Costa foi impugnado, de ofício, pelo relator do processo de indicação no Tribunal Su-



Arquivo

Gustavo Vilas Boas no TRE-MA

perior Eleitoral (TSE), ministro Herman Benjamin. Ele não tinha o mínimo de 10 anos de exercício da advocacia. Essa impugnação foi mantida pelo TSE.

Daniel Leite, que pleiteava a recondução, foi impugnado pelo conselheiro federal da OAB-MA Augusto Guterres - a contestação, no entanto, foi julgada improcedente. Entre Leite e Vilas Boas, Temer escolheu o segundo.

PLENO DO TRE

Duas vagas da OAB

A OAB-MA compõe o pleno do tribunal eleitoral com duas vagas de titulares e duas vagas de substitutos, escolhidos pelo TRE e encaminhados ao TSE, que analisa as condições de cada um. O novo membro é sempre escolhido pelo presidente da República.

Substitutos

Com a definição da sua composição titular, o TRE-MA aguarda, agora, a definição do novo membro substituto.

O TJMA já escolheu, neste ano, os nomes dos advogados para compor essa lista tríplice. Foram indicados os advogados José Cavalcante de Alencar Júnior, Maria José Carvalho de Sousa Milhomem e Alteredo de Jesus Neris Fer-

reira. Os nomes foram submetidos ao TSE.

Comparação

As últimas listas definidas pelo TRE maranhense geraram polêmicas no Tribunal Superior Eleitoral durante a análise dos currículos, vida pregressa e grau de parentesco com membros das cortes de Justiça. Por isso a lista em que Vilas Boas figurou demorou tanto tempo para ser definida.

Neste período, o tribunal maranhense ficou sem membro titular, até a nomeação de Daniel Blume. Desde então, passou a ficar vago de um membro suplente - aquele que substitui o titular em ocasiões definidas

A situação só começou a clarear a partir do final de 2017, quando o TSE passou a analisar mais criteriosamente, o que levou à liberação, inclusive, do próprio Vilas Boas para a composição do seu pleno. O novo membro do TRE deve participar dos julgamentos das eleições de 2018. ●

PH **PERGENTINO
HOLANDA**
ph@mirante.com.br
@holandaph



Fotos/Divulgação



O DESEMBARGADOR Ricardo Duailibe recebendo o título de Ouvidor Emérito pelas mãos do seu colega de toga Marcos José de Brito Rodrigues (Ouvidor do TJ-MS), na companhia do também desembargador Altair de Lemos Jr. (Presidente do COJUD) e do Ministro Humberto Martins (Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça). A homenagem foi presenteada durante o IV Encontro Nacional do Colégio do Ouvidores Judiciais, realizado ontem em Campo Grande (MS)

RÁPIDA

Corumbá vai a júri em Alcântara

O criminoso José Vicente Matias, o *Corumbá*, vai ser julgado no próximo dia 22 pelo juiz de Alcântara, Rodrigo Terças, acusado do assassinato de uma turista espanhola, ocorrido no dia 18 de março de 2005, na praia de Itaginga, nessa cidade. O suspeito teria conhecido a vítima em uma pousada, localizada na capital, e está preso no estado de Goiás.

Processo contra Lucas Porto continua suspenso na 4ª VTJ

Parecer técnico do exame de sanidade mental que apontou o acusado do assassinato da publicitária Mariana Manezes Costa ainda não foi homologado

Ainda ontem, o processo em desfavor de Lucas Leite Ribeiro Porto, de 38 anos, que está tramitando na 4ª Vara do Tribunal do Júri (4ª VTJ), no Fórum Desembargador Sarney Costa, continuava suspenso, aguardando a conclusão do incidente de sanidade mental do acusado. Porto está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, suspeito de ter estuprado e assassinado a sua ex-cunhada, a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa, no dia 13 de novembro de 2016. O crime ocorreu no apartamento da vítima, no bairro do Turu.

O magistrado José Ribamar Heluy Júnior, que é titular da 4ª VTJ, está de férias, e quem responde pela vara é a juíza Vanessa Clementino. Na quarta-feira, 16, foi divulgado o parecer técnico do exame de sanidade

mental feito por uma equipe do Hospital Nina Rodrigues, que apontou Lucas Porto como completamente responsável pelo ato criminoso que vitimou Mariana Costa.

Esse laudo médico foi remetido ao Poder Judiciário desde fevereiro deste ano, mas ainda não foi homologado. Esse laudo, inclusive, está com o Ministério Público Estadual desde o dia 11 de maio, conforme consta no sistema JurisConsult do site do Tribunal de Justiça.

A juíza Vanessa Clementino, desde terça-feira, 15, emitiu um ofício ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, informando sobre esse processo, já que defesa de Lucas Porto impetrou uma Tutela Provisória de Reclamação de número 30432, no STF, em Brasília. ●

POR DÉBITO DE IPVA

Ação pede devolução de veículos apreendidos

Advogado argumenta que Estado reconheceu a ilegalidade que cometia ao baixar decreto suspendendo recolhimento de veículos em blitzes realizadas pelo BPRv. CIDADES 5

Ação requer devolução de veículos apreendidos em blitz de trânsito

Em sua petição, profissional do Direito argumenta que o Estado reconheceu a ilegalidade que cometia ao baixar decreto suspendendo o recolhimento dos bens dos cidadãos em blitz de trânsito, realizadas pelo BPRV

DANIEL MATOS
Coordenador de Reportagem

Uma ação popular, ajuizada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, pelo advogado Luiz Djalma Cruz Neves, pede a devolução de todos os veículos apreendidos por ordem do governador Flávio Dino (PCdoB) por causa de débitos do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Em sua petição, o profissional do Direito argumenta que o Estado reconheceu a ilegalidade que vinha cometendo ao baixar, recentemente, decreto suspendendo o recolhimento dos bens dos cidadãos em blitz de trânsito, realizadas pelo Batalhão de Policiamento Rodoviário (BPRV).

Ao mover a ação popular, que tramita desde maio de 2017, o advogado pleiteou, inicialmente, a concessão de uma liminar, para que a administração estadual não mais apreendesse veículos nas fiscalizações de trânsito. Com a edição, no último dia 8, do decreto estadual que suspendeu a apreensão dos veículos, por causa de infrações leves e médias, o que inclui os débitos de IPVA, Djalma Neves resolveu requerer também que o Estado devolva os automóveis apreendidos em razão de pendências tributárias.

Respalda o pedido o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que a apreensão de veículos por dívidas tributárias viola a moralidade administrativa e outros princípios constitucionais. "Sendo assim, merece ser julgada procedente a presente ação popular, com concessão



Veículos
apreendidos
permanecem no
pátio de
empresa que
os leiloa

são de liminar para suspender os atos administrativos lesivos à moralidade administrativa, bem como a diversas outras normas constitucionais", registra o advogado em um trecho da ação.

Em resposta ao pleito, a Justiça proferiu despacho informando que iria analisar o pedido de liminar, após o prazo para oferecimento das contestações e da intimação do Ministério Público.

Em sua manifestação, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), um dos requeridos na ação, alegou ausência de interesse de agir e reafirmou a legalidade das apreensões de veículos.

O Ministério Público já ofereceu réplica e parecer e, atualmente, os autos encontram-se conclusos para análise do pedido de liminar.

"Cumprido todo esse trâmite, o Estado editou decreto reconhecendo seu erro nas apreensões questionadas", assinala o advogado. "Ao baixar o decreto, o governo reconheceu, mesmo que implicita-

Justiça vai analisar o pedido de liminar

mente, o pedido que formulamos", assevera.

Imediatamente

Sobre a devolução dos veículos aos legítimos proprietários, a ação popular prevê que esta seja feita de forma imediata. "Essa segunda li-

minar pleiteada é uma consequência lógica da primeira, não havendo por que se falar em ampliação objetiva da demanda", argumenta.

Djalma Neves frisa que, ainda que as teses apresentadas na ação não sejam acolhidas, o magistrado deve conceder a liminar. Segundo ele, esta seria uma forma de, cautelarmente, preservar o direito à moralidade administrativa.

"A tutela de urgência determinando a suspensão de buscas e apreensões de veículos no Maranhão por causa, apenas e simplesmente, de débitos de IPVA, deve ser concedida, pois a petição demonstra que tais atos do governo são ilegais, imorais e inconstitucionais", ressalta. "Além do mais, com a edição do decreto, o próprio Estado já reconheceu que agir de

forma lesiva, também ao princípio da proporcionalidade e outros alegados pelos autores.

O advogado argumenta, ainda, que o perigo de dano persistirá existindo enquanto os cidadãos que estão com seus veículos apreendidos continuarem sem po-

der usufruir dos seus bens, sendo que o próprio Estado já reconheceu seu equívoco ao editar o decreto. "O magistrado deve se valer de qualquer meio coercitivo previsto na legislação processual civil para fazer cumprir sua decisão", afirmou. ●

Mais 465 veículos serão leiloados hoje em SL

Em seu site, a empresa responsável pelos leilões anuncia que disponibilizará para arremate, hoje, mais 465 veículos. O leilão acontece exatos 10 dias depois que o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Rogério Cafeteira (DEM), tornou público o decreto de Flávio Dino que suspendeu a apreensão de carros e motos por falta de pagamento de IPVA. De acordo com a empresa, os bens que serão leiloados são sucatas.

De acordo com o informe, motocicletas poderão ser arrematadas a partir de R\$ 200,00. Já os carros terão lances a partir de R\$ 800,00.

O leilão ofertará, ainda, caminhonetes ao preço de R\$ 2 mil. A

empresa informa que todos os 454 lotes disponíveis para negócio são sucatas aproveitáveis e que por isso o valor é tão baixo.

A maioria dos bens leiloados foi apreendida em blitz de trânsito e pertenciam a pessoas humildes. Por isso, são ofertados como sucatas, a preços irrisórios.

De acordo com levantamento feito com base em dados do Detran, até meados de março deste ano, o governo estadual já havia leiloados mais de 1.500 veículos, o que resultou em uma média de 20 automóveis leiloados por dia.

Desde o início do governo Flávio Dino, em 1º de janeiro de 2015, já foram leiloados mais de 12 mil veículos.

SAIBA MAIS

O advogado sugere às pessoas que tiveram seus veículos leiloados após terem sido apreendidos por débitos de IPVA que ingressem individualmente com ações contra o Estado com pedido de ressarcimento financeiro. Segundo ele, nesses casos, cabem processos por danos morais e materiais.

Justiça libera esposa de Josemar de Maranhãozinho a disputar vaga na AL

PÁGINA 3

ONDE PASSA UM BOI...

Justiça libera esposa de Josemar de Maranhãozinho a disputar vaga na AL

Em sentença proferida no dia 09 deste mês, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Maranhão, suspendeu processo que tramitava contra a ex-prefeita da cidade de Centro do Guilherme, Maria Deusdete Lima (PR), a Detinha, dando sinal verde para que a política possa disputar uma das 42 vagas para a Assembleia Legislativa, este ano.

Detinha é esposa do deputado estadual e presidente do PR, Josimar de Maranhãozinho.

Moral da BR, como é mais conhecido o parlamentar, concorrerá ao cargo de deputado federal e agora, diante da decisão judicial favorável, trabalhará fortemente também para eleger a mulher.

Em 2014, Josimar foi eleito figurando como o deputado mais bem votado, com quase



Josimar de Maranhãozinho e sua esposa Maria Deusdete Lima

100 mil votos. Este ano, pretende repetir o feito e, de sobra, colocar a esposa na Casa do Povo.

O magistrado tornou sem efeito uma decisão que havia deixado Detinha inelegível.

Tratava-se do julgamento irregular das contas da esposa do deputado, por parte do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), referente ao ano de 2009, quando ela administrava Centro do

Guilherme.

A sentença de Froz Sobrinho baseou-se em um novo entendimento da Corte de contas, tomado no dia 22 do mês passado, que aprovou as contas da ex-prefeita.

Bate **Rebate**

IMPROBIDADE

Os crimes contra a administração pública serão tema de debate durante o III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, que será realizado no dia 21 de maio (segunda-feira), no auditório do Fórum de São Luís (Calhau), pelos integrantes do projeto “Maranhão Contra a Corrupção”. O evento, aberto ao público, terá início às 9 horas e reunirá cerca de 250 inscitos, entre servidores e magistrados do TJMA, representantes MPMA, delegados das Polícias Federal e Civil, comunidade jurídica e acadêmica e a população em geral.

Bate **Rebate**

EMPOSSADO



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, empossou, ontem, o novo juiz de direito da Comarca de Maracaçumé, Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, promovido pelo critério de merecimento. Raphael de

Jesus Amorim ingressou na magistratura em agosto de 2015, passando pelas comarcas de Turiaçu e, por último, Humberto de Campos.

Na Pista

PRISÃO CONDENATÓRIA



Uma ação realizada pela Polícia Civil por meio da Superintendência de Homicídios e de Proteção à Pessoa (SHPP), resultou na tarde da última quarta-feira (16) no cumprimento ao mandado de prisão condenatória em desfavor de Wellington Santos Lemos (36), acusado pelo crime de homicídio. Segundo as autoridades policiais, o crime teria ocorrido em maio de 2009, quando Wellington teria assassinado à golpes de arma branca a sua companheira no bairro Jardim América. Neste caso, o crime não foi classificado como feminicídio, pois tal categoria de crime entrou em vigor em 2015. A prisão foi executada no estabelecimento comercial de propriedade do acusado, localizado no Bairro de Fátima, em São Luís. O mandado de prisão foi oriundo da segunda vara do tribunal do júri.

Inocência violada



Hoje, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil, os números desse crime que choca de maneira alarmante a sociedade ainda representam a realidade torpe em que muitas crianças são obrigadas a permanecer, e que de onde muitas vezes não conseguem ser resgatadas, guardando cicatrizes para uma vida inteira. VIDA

Inocência violada

No Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual Infantil, a realidade sobre estes crimes ainda é lamentável no país



LUIS FURTADO

Um carinho que virou uma carícia. Um abraço que deu origem a um amasso. Sob os olhos de pessoas próximas, e sem levantar suspeitas na maioria das vezes, aqueles que deveriam cuidar e proteger acabam por muitas vezes sendo os vilões dos contos de fadas para as crianças que da vida ainda não entendiam o que era o bem e o mal, mas puderam vislumbrar a frieza e atrocidades que as pessoas

podem cometer.

Hoje no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil, os números desse crime que choca de maneira alarmante a sociedade ainda representam a realidade torpe em que muitas crianças são obrigadas a permanecer, e que de onde muitas vezes não conseguem ser resgatadas, guardando cicatrizes para uma vida inteira. De acordo com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a cada 24 horas, pelo menos 320 crianças e adolescentes são vítimas de abuso. O número de estupros contra essa parcela da população no país chega a 70%, quantidade alarmante e que vem crescendo simetricamente com o crescimento da população infantil

do Brasil.

O governo federal mapeou, em 2017, os dados sobre o perfil das vítimas de abusos e exploração sexual. Segundo os dados, a maioria esmagadora de 67,7% das crianças e jovens que sofrem com esses crimes é de meninas. Os meninos representam 16,52% das vítimas. Casos em que o sexo da criança não foi informado totalizaram 15,79%. A idade das crianças abusadas também preocupa: 40% dos casos eram referentes a crianças na faixa etária de 0 a 11 anos. As faixas etárias de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos correspondem, respectivamente, a 30,3% e 20,09% das denúncias.

Em relação aos agressores, 62,5% deles são homens adultos com idades entre 18 e 40 anos.

Dois presos no Maranhão

Ontem foi deflagrada a segunda fase da maior operação de combate à pedofilia e pornografia infantil do país, a Operação Luz na Infância II. Cerca de 578 mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos no Distrito Federal e mais 24 estados, inclusive no Maranhão.

No estado, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão, além da prisão em flagrante de Gustavo Carvalho Silva Campos, de 24 anos, e Ozeias de Sousa Campos, de 35 anos, em São Luís e em Imperatriz, respectivamente.

Os alvos foram identificados pela Diretoria de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo Departamento de Combate ao Crime Tecnológico (DCCT) da Superintendên-

cia Estadual de Investigações Criminais (Seic) do Maranhão.

Segundo o delegado Odilardo Muniz, a operação policial procura arquivos com conteúdos relacionados aos crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, coube à Polícia Civil do Maranhão instaurar os inquéritos e solicitar aos juízes a expedição dos mandados.

Os dados coletados em ambientes virtuais foram repassados para a Polícia Civil de cada estado, responsáveis pela instauração do inquérito e solicitação dos mandados aos juízes locais. A operação é realizada às vésperas do Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Durante a primeira fase da operação Luz da infância, deflagrada em 20 de outubro de 2017, 157 mandados de busca e apreensão foram expedidos e 112 pessoas acabaram sendo presas acusadas de produzir e disseminar conteúdos de pedofilia.

Com base em informações e evidências coletadas em ambientes virtuais, as polícias civis dos estados instauraram inquéritos policiais e representaram pelas buscas e apreensões junto ao Poder Judiciário, visando apreender computadores e dispositivos informáticos onde estavam armazenados os conteúdos relacionados aos crimes de exploração sexual contra crianças e adolescente, indiciar e prender os criminosos.



Como a gente trata com crianças e adolescentes, eles precisam passar por exames específicos, como de conjunção carnal, eles recebem também um acompanhamento psicológico para que se reúna o maior número de provas.

Ana Zélia, delegada



Rompendo segredos

O abuso infantil pode acontecer em qualquer lugar. Sejam pobres ou ricos, das metrópoles ou do campo, um vizinho, amigo ou parente pode ser um abusador por trás de uma máscara de cidadão exemplar. Por isso, a importância em se manter atento e destinar um cuidado especial para as crianças e as suas relações com os adultos à sua volta. O dia de combate ao abuso sexual infantil é também um dia para a conscientização da sociedade para a interação e proteção de crianças e adolescentes, mesmo as que não têm ligação de sangue com a família. A data reafirma a importância em se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual, levando-os à Justiça.

A delegada titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Ana Zélia, recebe quase que diariamente denúncias sobre este tipo de violência. Ela conta que casos de estupro, maus-tratos e lesões corporais que são recebidos na delegacia vão desde crianças com meses de vida até aqueles que estão próximas da maior idade. “De maio do ano passado, quando assumi a delegacia, pude perceber um aumento nos casos de estupro, na maioria de meninas. Ain-

da não se percebe a cultura da conscientização de que meninos também podem sofrer abusos sexuais”.

Segundo Ana Zélia, a denúncia realizada logo que se percebe qualquer indício de abuso é o meio mais seguro de garantir a integridade da criança e também permitir que seja feita justiça. “As denúncias podem ser feitas através dos canais da delegacia, com as denúncias sendo feitas diretamente vindo aqui, pelo Disque-denúncia onde pode ser feita anonimamente e também do Ministério Público”.

De acordo com o Centro de

Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caop-IJ) do Ministério Público, através do Sondha, uma plataforma virtual de recepção das denúncias oriundas do Disque 100, são acompanhados casos de todo o estado conforme as áreas de atuação das promotorias. Além disso, as promotorias de Infância e Juventude participam constantemente de articulações, como o acompanhamento das reuniões do comitê estadual de enfrentamento da violência sexual, do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedca), além de outras entidades.

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA



Abuso não é brincadeira

Muitos abusadores se utilizam de uma linguagem lúdica, entrando no mundo infantil e fazendo parecer que todos os atos criminosos não passam de brincadeiras. O abuso sexual se caracteriza pelo contato sexual entre a criança ou adolescente com um adulto ou alguém significativamente mais velho. É importante entender que carícias, comportamentos inapropriados, demonstrações de afeto com conotação sexual também constituem abuso. As crianças, pelo seu estágio de desenvolvimento, não são capazes de entender o contato sexual ou resistir a ele, e podem ser psicológica ou socialmente dependentes do agressor. A violência sexual pode acontecer também quando se paga para ter sexo com a pessoa de idade inferior a 18 anos, isso já é caracterizado como exploração

sexual.

A delegada Ana Zélia lembra que os inquéritos de abusos sexuais duram um tempo maior e, neste período, todo um suporte psicológico é oferecido para as vítimas, que necessitarão de apoio para superar os traumas causados pela violência. "Como a gente trata com crianças e adolescentes, eles precisam passar por exames específicos, como de conjunção carnal, eles recebem também um acompanhamento psicológico para que se reúna o maior número de provas. A participação da família é essencial, porque esses casos de estupro, na maioria das vezes, acontecem no seio familiar ou escolar, que são ambientes muito privativos. Então, quanto mais ajuda a gente consegue da família e desses ambientes, mais rápido esse inquérito será finalizado".

Segundo estudos realizados

por psicólogos e psicanalistas especialistas em situações de abuso sexual, pessoas traumatizadas por situações de abuso apresentam três tipos de sentimento: desamparo, situação de constante perigo e sensação de ser diferente dos outros. As pessoas que sofrem com estas situações a longo prazo podem desenvolver o sentimento de culpa, ansiedade, desencadeando a depressão, a vergonha e a baixa autoestima, além da ideia de que o abuso foi merecido. Frequentemente, os abusados são ativamente autodestrutivos, colocando-se em situações de risco ou apresentando atitudes suicidas concretas.

Responsabilidade de todos

Quebrar o sigilo e fazer uma denúncia de abuso é obrigação de todos. A delegada Ana Zélia ressalta a importância que têm vizinhos, amigos e pessoas próximas que desconfiem para a intervenção em possíveis abusos. "A denúncia pode ser feita por qualquer pessoa pelo Disque-Denúncia. O que a gente tem solicitado, que se tem tido dificuldade, é a precisão maior de informações, que por vezes são muito vagas e não dá para saber quem é a vítima ou onde mora. Se você está se prestando a fazer a denúncia, busque trazer o maior número de informações que possa ter". O Disque 100 funciona diariamente, das 8h às 22h, inclusive aos fins de semana e feriados. As denúncias são anônimas e podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100.

O que não pode mais se repetir

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes surgiu a partir da aprovação da Lei Federal nº 9.970/2000. Essa data relembra um caso trágico que aconteceu no dia 18 de maio de 1973, quando uma menina de 8 anos foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no

Espírito Santo. Seu corpo apareceu seis dias depois carbonizado e os seus agressores, jovens de classe média alta, nunca foram punidos. O "Caso Araceli", como ficou conhecido, foi há 45 anos, e situações como estas ainda se repetem hoje em dia, por isso a importância da luta contra o abuso.

CASO MARIANA

DIVULGAÇÃO



**Laudo aponta
que Lucas Porto
é responsável
pelos atos
que praticou**

VIDA

CASO MARIANA

Laudo confirma: Lucas Porto é "completamente responsável pelos atos que praticou"

Publicado ontem, o parecer técnico da morte de Mariana Costa concluiu que Lucas Porto é "completamente responsável pelos atos que praticou". A informação foi publicada no site Jurisconsult, nas movimentações do processo movido contra Lucas Porto. Preso desde 2016, Lucas confessou o crime justificando como resultado de uma "paixão incontida". O processo contra o empresário estava suspenso há 10 dias.

Com resultado do laudo pericial conclusivo, a movimentação descreve que Lucas Porto continuará preso. Remetido para Justiça em fevereiro, o laudo ainda precisa ser homologado ao processo. Durante dois anos, o processo



foi paralisado com pedidos da defesa para realização de exames psicológicos. A estratégia era amenizar a pena do empre-

sário detido no Presídio São Luís. Para família, essas são as diversas manobras da defesa para ganhar tempo.

RELEMBRE O CASO

Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, foi encontrada morta na noite do dia 13 de novembro de 2016, em seu apartamento, no nono andar de um condomínio na avenida São Luís Rei de França, no Turu, em São Luís. Ela é filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República e senador José Sarney.

O empresário Lucas Porto, de 37 anos, confessou que matou a publicitária. Porto era cunhado da vítima. A motivação seria uma atração que ele tinha por Mariana Costa. A Polícia Civil do Maranhão concluiu que o empresário Lucas Porto, de 37 anos, estuprou e matou por asxia a cunhada.

Medidas contra a corrupção praticada por agentes públicos serão discutidas no Maranhão

Os crimes contra a administração pública serão tema de debate durante o III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, que será realizado no dia 21 de maio (segunda-feira), no auditório do Fórum de São Luís (Calhau), pelos integrantes do projeto "Maranhão Contra a Corrupção".

O evento, aberto ao público, terá início às 9 horas e reunirá cerca de 250 inscritos, entre servidores e magistrados do TJMA, representantes MPMA, delegados das Polícias Federal e Civil, comunidade jurídica e acadêmica e a população em geral.

"O objetivo é uniformizar o entendimento sobre o tema, fortalecer o debate em questões práticas e discutir a legislação pertinente; sempre respeitando a área de atuação de cada órgão do sistema responsável pelo julgamento dos crimes de improbidade", adianta o juiz Marcelo Santana,

que integra a organização do evento.

No seminário, diversas entidades que atuam na prevenção e combate da improbidade administrativa discutirão a adoção de medidas contra a corrupção praticada por agentes públicos estaduais em todos os níveis. A programação tem o apoio do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e outras instituições, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Os painéis abordarão sobre os temas: Foro privilegiado e trânsito em julgado da sentença penal - o futuro das medidas concretas de combate à corrupção, Colaboração premiada: aspectos teóricos e práticos da lei n 12.850/2013 e Lavagem de dinheiro - aspectos práticos e o Controle da legitimidade do gasto público; com abordagem atualizada e ministrados por especialistas locais e nacionais.

Corregedor avalia situação da comarca de Amarante do Maranhão



Durante a visita, o corregedor-geral conheceu a realidade da Comarca de Amarante, e implantou o PETCP

Como parte do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), a comarca de Amarante do Maranhão (608 km de São Luís) recebeu, nessas terça-feira (15) e quarta-feira (16), visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de identificar as principais dificuldades que possam impactar no funcionamento dos serviços judiciais da unidade e buscar medidas de melhoria. A visita foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado do juiz auxiliar Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

De entrância inicial (vara única), a comarca de Amarante conta hoje com um acervo de sete mil processos, apresentando uma crescente distribuição média mensal - que em 2017 foi de 265 novos processos por mês e atingiu o total de quase 3.500.

O corregedor-geral esteve reunido com os servidores e o juiz da unidade, Thiago Henrique Oliveira de Ávila, que relataram dificuldades como insuficiência de servidores para a demanda apresentada, problemas estruturais no fórum, como rachaduras, oscilações de corrente elétrica e inoperância das linhas telefônicas. Eles também ressaltaram a necessidade de construção de Salão do Júri e instalação de equipamentos de segurança na comarca.

O magistrado informou que entrou em exercício na comarca em novembro de 2017, de forma que ainda está promovendo a construção de uma nova padronização dos fluxos processuais para o gabinete, com a finalidade de otimizar os trabalhos e aumentar a produtividade. "Agradecemos muito a atenção da Corregedoria e esperamos que as medidas possam otimizar as condições de funcionamento da comarca", frisou.

O desembargador Marcelo Carvalho fez a entrega do Programa de Enfrentamento à Taxa

de Congestionamento Processual e do Plano de Ações imediatas ao juiz Thiago Oliveira de Ávila, solicitando uma visita da Diretoria de Engenharia do TJMA para avaliar a situação do fórum, assim como para verificar a rede elétrica e de pontos lógicos em virtude da implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na comarca, em agosto deste ano. "Verificamos que um dos principais problemas é a insuficiência do quadro de servidores, situação que requer medidas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho", observou.

Entre as ações inicialmente propostas estão a necessidade de contagem do acervo processual físico, cumprimento das determinações judiciais, juntada de expedientes e triagem dos processos na secretaria; realização de treinamento para desenvolvimento de equipes; e reorganização do fluxo de rotinas de secretaria judicial, com implementação de técnicas organizacionais para otimização do trabalho.

Programa - As visitas estratégicas da CGJ-MA fazem parte do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual, após a identificação das comarcas que apresentam maiores acervos e maiores taxas de congestionamento no Estado.

A partir de março deste ano, já foram visitadas as comarcas de São Mateus, Barreirinhas, Vargem Grande, São Bento, Santa Helena, Parnarama e Matões, onde foi realizada a análise e elaborados Planos de Ações para otimização da tramitação processual, e tomadas medidas efetivas, a exemplo da designação de juizes substitutos para Vargem Grande e Parnarama, entre outras.

(Ascom CGJ)

Rogério Cafeteira agradece manifestações de solidariedade à família de Eptácio Cafeteira



JR Lisboa / Agência Assembleia

Rogério Cafeteira: “Sou deputado graças ao ex-governador Cafeteira”

Na sessão dessa quinta-feira (17), o deputado Rogério Cafeteira (DEM) agradeceu a todos que se fizeram presentes e enviaram mensagens de solidariedade e votos de pesar pelo falecimento do ex-governador Eptácio Cafeteira, tio do parlamentar.

“O que me traz aqui hoje é a motivação de agradecer a todos que se fizeram presentes, que mandaram mensagem e fizeram um gesto de gentileza a mim e a minha família, pelo falecimento do ex-governador Eptácio Cafeteira. Se sou deputado, é graças ao ex-governador Cafeteira”, disse Rogério Cafeteira, fazendo agradecimentos especiais ao presidente Othelino Neto (PCdoB), presidente da Casa, que, no momento em que soube do falecimento do ex-governador, colocou-se à disposição.

Rogério Cafeteira também agradeceu aos servidores da Assembleia e à imprensa, que foram incansáveis, dando total apoio. “Chega um momento da noite em que fica realmente somente a família. E eles foram incansáveis e sempre com uma gentileza extrema. Por isso, agradeço, de coração, a todas essas pessoas, a todos os profissionais da imprensa pela maneira respeitosa e carinhosa com que se manifestaram pelo falecimento do ex-governador Cafeteira”.

Agradecimentos especiais também aos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. “Eu queria agradecer também, em nome de dois desembargadores que estiveram aqui e fizeram questão de me falar palavras

de carinho e conforto, fato que me marcou muito: o desembargador Tyrone Silva e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Agradeço muito o gesto de vocês”, disse o deputado, agradecendo também ao ex-presidente José Sarney e à ex-governadora Roseana Sarney, que desde o momento que souberam do falecimento do ex-governador, também se colocaram à disposição para ajudar no que fosse necessário.

“Gostaria de agradecer também ao governador Flávio Dino, de uma maneira muito especial, que no momento em que foi comunicado, entrou em contato comigo e colocou-se à disposição para qualquer coisa que a família precisasse. Agradeço, imensamente, ao Cerimonial do Governo do Estado do Maranhão, que foi incansável no trabalho para que as coisas transcorressem da forma mais tranquila e mais confortável para a nossa família. Foram dadas todas as honras que o ex-governador merecia”, enfatizou Rogério Cafeteira.

Ao finalizar, bastante emocionado, o deputado agradeceu os pronunciamentos feitos pelos colegas de plenário que, de forma carinhosa, manifestaram-se e deram total apoio. “Agradeço os pronunciamentos de todos os colegas que se manifestaram. Se eu esqueci alguém, me peço, mas eu e minha família estamos muito gratos pela forma carinhosa como se deu a despedida do ex-governador Cafeteira”. (*Nice Moraes/Agência Assembleia*)

Seminário vai discutir crimes contra a administração pública

Os crimes contra a administração pública serão tema de debate durante o III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, que será realizado na segunda-feira (21), no auditório do Fórum de São Luís (Calhau), pelos integrantes do projeto "Maranhão Contra a Corrupção". O evento, aberto ao público, terá início às 9h e reunirá cerca de 250 inscritos, entre servidores e magistrados do TJMA, representantes do MPMA, delegados das Polícias Federal e Civil, comunidade jurídica e acadêmica e a população em geral. No seminário, diversas entidades que atuam na prevenção e combate da improbidade administrativa discutirão a adoção de medidas contra a corrupção praticada por agentes públicos estaduais em todos os níveis. A programação tem o apoio do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e outras instituições, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Rapidinhas

- O Poder Judiciário do Maranhão está promovendo, em São Luís e em diversas comarcas do Estado, a 3ª edição da Semana da Infância. A iniciativa é alusiva ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes (18 de maio).
- O marco do evento será a inauguração da Sala de Depoimento Especial, nesta sexta (18), às 11h, no Fórum de São Luís. O espaço será destinado à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e abuso.

**Data Venia****Mozart Baldez**

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

SER MÃE E ADVOGADA É PADECER NA MÃO DO PATRÃO E DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS!

As mulheres ainda são minoria nas carreiras do Direito, tanto nos escritórios de advocacia quanto na vida pública. Contudo, essa hegemonia masculina está perto do fim. A tendência dos últimos anos vem se firmando cada vez mais e a expectativa é de que o número de mulheres supere no percentual de profissionais jurídicos em atividade no Brasil.

Os últimos registros da Ordem dos Advogados do Brasil contabilizam 1.142.326 advogados. Desse total, 545.765 são mulheres, ou seja, um percentual de 48%. Tomando como base os dados e a evolução da participação feminina no Direito, a estimativa é que, até o ano de 2020, o número de advogadas mulheres seja superior ao de homens advogados.

No Maranhão, especificamente em São Luís, os direitos trabalhistas das advogadas não são respeitados a todo vapor pelo setor privado e público. Para início de conversa não temos sequer um piso salarial da classe definido pelo Governo do Estado do Maranhão, que é o órgão que tem competência exclusiva para encaminhar mensagem neste sentido ao Poder Legislativo. Mas o governo não valoriza a classe, muito embora o chefe de governo seja da área jurídica.

Na mesma senda a Prefeitura Municipal de São Luís e os outros municípios escravizam essas operadoras do direito, pagando salários indignos, inobstante o relevo e a nobreza das atribuições.

As mulheres advogadas, donas de casa e mães sofrem muito. Não se tem notícias também em nosso Estado que a Delegacia Regional do Trabalho, subordinada ao Governo Federal, desenvolva campanhas de proteção ao trabalho da mulher advogada, ou que fiscalize reiteradamente o respeito a seus direitos trabalhistas, tais como salários, licença maternidade, pausas para amamentação, horas extras, férias, insalubridade, décimo terceiro, etc.

Estes direitos são muitas vezes ignorados pelos escritórios sob o argumento de serem as advogadas profissionais liberais, ou seja, no momento em que a mulher-mãe precisa de maior apoio ela é obrigada, em sua maioria, em ter que optar entre o trabalho e a família. Tudo isso sem nos esquecermos, também, das mães que já passaram do período de amamentação e, claro, das que adotam.

E não só dos escritórios partem os obstáculos. Há um relato público da advogada Daniela Teixeira, que compartilha experiência difícil suportada em sessão do CNJ: "... Quando estava grávida de seis meses fui fazer uma sustentação oral no CNJ, o órgão encarregado de exigir boas práticas de todo o Judiciário. Apesar de ter pedido preferência ao presidente Joaquim Barbosa para que o processo fosse logo chamado, ele me fez esperar seis

horas sentada. Um desrespeito comigo e uma ilegalidade contra minha pequena Julia, que tem garantia constitucional de tratamento privilegiado. Infelizmente, não temos nenhum privilégio, nem mesmo bom senso do Judiciário."

É notório no mercado que as carreiras das mulheres tendem a sofrer desaceleração quando atreladas à maternidade, e no meio jurídico não é diferente. Como estratégia de combate a essas irregularidades que podem até ser confundidas com preconceito e violação ao Estatuto da Advocacia, há necessidade de melhorar as condições de trabalho para a mulher advogada em fóruns, tribunais, juizados especiais, delegacias e presídios, fortalecendo as prerrogativas e igualdade.

Todos esses abusos deverão ser enfrentados como desafios pelo Grupo A ORDEM É RECONSTRUIR, liderado pelo pré candidato ao final assinado. Devemos chegar ao ponto de se analisar, averiguar e pedir punições para casos de assédio físico e moral, denunciando-os aos órgãos competentes. Sendo necessário políticas de campanhas contra esse tipo de conduta no meio jurídico.

Mas não podemos deixar de dizer que em boa hora foi aprovada a Lei 13.363, de 25 de novembro de 2016. O texto altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) e o Código de Processo Civil de 2015.

A partir de então, advogadas gestantes ou lactantes ganham uma série de prerrogativas no exercício profissional, como prioridade na ordem das sustentações orais e audiências diárias, permissão para entrar em tribunais sem passar por aparelhos de raio-X, vagas reservadas nas garagens dos fóruns dos tribunais e até acesso a creches ou a local adequado para atendimento das necessidades dos bebês.

Resta saber se no Estado do Maranhão a Justiça Estadual, Especializada e Juizados Especiais, vem cumprindo rigorosamente essa lei. Não me recordo de ter visto no estacionamento do Fórum do Calhau nenhuma reserva para advogada grávida. Nos Juizados Especiais Cíveis idem. Lá somente magistrados e serventuários podem estacionar ou por ordem do titular da vara, uma espécie de privatização absurda e ilegal de um bem público para uso coletivo. Na Justiça Especializada piorou. Também não me recordo de que essa lei esteja sendo cumprida naqueles estacionamentos. Aliás, no Maranhão até a JUSTIÇA NÃO CUMPRE A LEI.

No caso do CPC, determina que sejam suspensos prazos processuais para as advogadas que derem à luz ou adotarem uma criança, desde que haja notificação por escrito ao cliente e que elas sejam as únicas defensoras na causa. Basta apresentar certidão de nascimento ou documento similar que comprove o parto ou, no caso da adoção, termo judicial comprobatório.

O CERTO É QUE DEVEMOS FISCALIZAR E DENUNCIAR!

Mozart Baldez – Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA

Rogério agradece manifestações de solidariedade à família Cafeteira

Na sessão desta quinta-feira (17), o deputado Rogério Cafeteira (DEM) agradeceu a todos que se fizeram presentes e enviaram mensagens de solidariedade e votos de pesar pelo falecimento do ex-governador Eptácio Cafeteira, tio do parlamentar.

“O que me traz aqui a esta tribuna é a motivação de agradecer a todos que se fizeram presentes, que mandaram mensagem e fizeram um gesto de gentileza a mim e a minha família, pelo falecimento do ex-governador Eptácio Cafeteira. Se sou deputado, é graças ao ex-governador Cafeteira”, disse Rogério Cafeteira, fazendo agradecimentos especiais ao presidente Othelino Neto (PCdoB), presidente da Casa, que, no momento em que soube do falecimento do ex-governador, colocou-se à disposição. Rogério Cafeteira também agradeceu aos servidores da Assembleia e à imprensa, que foram incansáveis, dando total apoio. “Chega um momento da noite em que fica realmente somente a família. E eles foram incansáveis e sempre com uma gentileza extrema. Por isso, agradeço, de coração, a todas essas pessoas, a todos os profissionais da imprensa pela maneira respeitosa e carinhosa com que se manifestaram pelo falecimento do ex-governador Cafeteira”. Agradecimentos especiais também aos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. “Eu queria agradecer também, em nome de dois desembargadores que estiveram aqui e fizeram questão de me falar palavras de carinho e conforto, fato que me marcou muito: o desembargador Tyrone Silva e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Agradeço muito o gesto

de vocês”, disse o deputado, agradecendo também ao ex-presidente José Sarney e à ex-governadora Roseana Sarney, que desde o momento que souberam do falecimento do ex-governador, também se colocaram à disposição para ajudar no que fosse necessário.

“Gostaria de agradecer também ao governador Flávio Dino, de uma maneira muito especial, que no momento em que foi comunicado, entrou em contato comigo e colocou-se à disposição para qualquer coisa que a família precisasse. Agradeço, imensamente, ao Cerimonial do Governo do Estado do Maranhão, que foi incansável no trabalho para que as coisas transcorressem da forma mais tranquila e mais confortável para a nossa família. Foram dadas todas as honras que o ex-governador merecia”, enfatizou Rogério Cafeteira.

Ao finalizar, bastante emocionado, o deputado agradeceu os pronunciamentos feitos pelos colegas de plenário que, de forma carinhosa, manifestaram-se e deram total apoio. “Agradeço os pronunciamentos de todos os colegas que se manifestaram. Se eu esqueci alguém, me perdoem, mas eu e minha família estamos muito gratos pela forma carinhosa como se deu a despedida do ex-governador Cafeteira”.

Missa de Sétimo Dia – A Missa de Sétimo Dia, em memória da alma do ex-governador Eptácio Cafeteira, falecido no último dia 13 de maio, em Brasília, será celebrada neste sábado (19), às 9h, na Igreja de Santo Antônio, situada na Praça Antônio Lobo, ao lado da Escola Modelo Benedito Leite, no centro de São Luís. A celebração foi batizada de “Missa da Fé”.

50 ANOS DA JUSTIÇA FEDERAL NO MARANHÃO

Carlos Nina*

A Justiça Federal no Maranhão comemora, dia 18 de maio de 2018, 50 anos de sua instalação.

É emblemática uma comemoração como essa quando o Judiciário, para o qual convergem as esperanças dos que têm seus direitos violados, está entre elogios e duras críticas, pelas condutas dos que o integram.

Condenar ou aplaudir o Judiciário será, portanto, sempre, uma posição singular. Nele estão, a fazê-lo funcionar, seres humanos, forjados na grandeza, dedicados responsabilmente às elevadas funções de seu cargo. Mas, também, alguns equívocos de moralidade e soberba, indignos do exercício da judicatura. São estes os responsáveis pelo mau juízo que muitos fazem do Judiciário, em detrimento da maioria que o faz funcionar, assegurando a harmonia e a paz social.

Ao comemorar 50 anos, convém remontar-se ao início dessa contagem. Resgate importante porque revela as bases sobre as quais foi construída a Justiça Federal no Maranhão. Não foi um prédio. Sequer havia um. Foram as pessoas. São elas que dão vida às instituições. Foram Carlos Alberto Madeira e Alberto José Tavares Vieira da Silva, nomeados juizes federais em 1967, titular e substituto, respectivamente, fundadores da Seção maranhense da Justiça Federal. Representando o Ministério Público, João Boabaid de Oliveira Itapary.

Carlos Madeira permaneceu no cargo durante dez anos, assumindo, em 1977, vaga de ministro no então Tribunal Federal de Recursos e, em 1985, no STF, nomeado pelo presidente José Sarney.

Alberto Tavares, com a nomeação de Carlos Alberto Madeira para o TFR, assumiu a titularidade e permaneceu no cargo até 1989, quando foi designado para instalar, em Brasília, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do qual foi seu primeiro presidente. Antes, em São Luís, fez construir a sede da Justiça Federal.

Tive o privilégio de ser aluno de Alberto Tavares e João Itapary, exemplos de professores competentes e cultos, acessíveis e sempre dispostos a atender seus alunos e, no exercício de seus cargos na Justiça e no MPF, os advogados.

Pena que a Memória Institucional do TRF1 não registre como deveria a contribuição e o sacrifício pessoal de magistrados como Alberto Tavares para construir e dignificar o Judiciário e emprestar-lhe credibilidade.

Seria salutar que exemplos como o seu fossem ressaltados, para lembrar a uns e alertar a outros que a magistratura é função essencial para assegurar o direito aos cidadãos. Se um só de seus membros desvia-se desse mister, assume pose de divindade - que o cargo não lhe confere -, carece da força moral necessária para assumir a humildade, ter a compreensão e o equilíbrio que a função exige, já está condenando muitos à injustiça, ao sofrimento, à desesperança.

É verdade que também hoje há bons exemplos. Mas não parece ser desses, os que têm sido oferecidos pelos que melhor exemplo deveriam dar.

Por isso é muito bom lembrar, neste momento, de como foi decente e digno o começo desses 50 anos. Em respeito à sua contribuição para essa história, na pessoa do mestre Alberto Tavares homenageio os magistrados que, com decência, ajudaram a construir e estão construindo a história da Seção maranhense da Justiça Federal.

* Advogado - Carlos Nina

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão empossa novo juiz da Comarca de Maracaçumé

DIVULGAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, empossou, nessa quinta-feira (17), o novo juiz de direito da Comarca de Maracaçumé, Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, promovido pelo critério de merecimento.

Raphael Amorim ingressou na magistratura em agosto de 2015, passando pelas comarcas de Turiaçu e, por último, Humberto de Campos.

Sobre o futuro na nova comarca, o magistrado se diz ansioso para começar as atividades e prestar um bom serviço à população da Baixada. "Trata-se de um acervo muito maior em relação à comarca anterior. No entanto, pretendemos trabalhar com a mesma eficiência empregada em Humberto de Campos, onde juntamente com os servidores, conseguimos reduzir bastante a quantidade de processos", frisou o magistrado.



A posse aconteceu no Gabinete da Presidência do TJMA

O juiz pretende dar continuidade aos projetos sociais realizados na Comarca de Maracaçumé, dentre eles, o Centro de Conciliação, que desde sua instalação, em outubro de 2017, registrou uma média de 80% de acordos dentre as demandas apresentadas. A cerimônia aconteceu no

Gabinete da Presidência do TJMA, onde estiveram presentes o presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Angelo Alencar dos Santos; o juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Itaércio Paulino da Silva; e o diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão.

ARQUIVO



Corumbá confessou ter matado as seis mulheres

Serial killer ‘Corumbá’ vai ser julgado na próxima semana por morte de espanhola

PÁG. 1 [C2]

Em Alcântara

Serial killer ‘Corumbá’ vai ser julgado na próxima semana por morte de espanhola

Entre os anos de 1999 e 2005, ele matou seis mulheres, sendo duas no Maranhão

NELSON MELO

O serial killer José Vicente Mathias, mais conhecido como “Corumbá”, natural de Firminópolis, em Goiás, será julgado na próxima semana na cidade de Alcântara/MA. O assassino em série – que tinha preferência por estrangeiras – matou, como ele mesmo confessou, seis mulheres entre os anos de 1999 e 2005, em estados distintos da federação. Duas vítimas foram executadas pelo criminoso no Maranhão. “Corumbá” vai ser julgado no dia 22 de maio pela morte brutal da espanhola Núria Fernandez Collada, de 27 anos, que foi assassinada a pauladas no dia 18 de março de 2005 na Praia de Itatinga, em Alcântara. De acordo com a investigação, o serial killer ainda se alimentou de partes do cérebro da turista e também bebeu o sangue dela em um ritual de magia negra. Na época, José Vicente relatou tudo em depoimento prestado ao delegado Daniel Brandão, então da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), que presidiu o inquérito. Ao delegado, “Corumbá” contou que, antes de matá-la,

realizou um ritual macabro, que consistia em dançar em volta de uma fogueira com bastões de incensos acesos, até o momento da execução da vítima. Ele narrou que conheceu a espanhola na Pousada Três Irmãos, e, na sequência, atravessaram o mar em uma lancha em direção à Praia de Itatinga, onde o crime foi cometido com requintes de crueldade e selvageria, sendo que foi amplamente divulgado pela imprensa internacional.

Na época, o assassino em série sustentou a versão de que praticou o ritual e a morte da vítima porque ouvia a voz de Satanás, que, segundo o criminoso, escolhia e lhe mostrava as mulheres que seriam executadas.

OS OUTROS ASSASSINATOS

“Corumbá”, que está preso em Goiás, também é acusado de ter matado a turista alemã Maryanne Kern, 49, cujo corpo foi encontrado em uma cova rasa na Praia de Atins, na cidade de Barreirinhas, na região

dos Lençóis Maranhenses, no ano de 2004. No mesmo ano, mas em abril, a turista russa Katryn Rakitov, 29, que era naturalizada israelense, foi achada morta em Pirenópolis, no Estado de Goiás.

Rakitov foi assassinada com várias pedradas em um ritual de magia negra, sendo que o autor ingeriu o sangue dela durante o procedimento e ainda subtraiu 15 mil euros da russa. Mathias foi condenado a 27 anos de reclusão por latrocínio (roubo que resulta em morte) em 2016 pela Justiça de Goiás, mas o julgamento foi anulado porque a tipificação do crime foi alterada para homicídio doloso, tendo em vista que “Corumbá” mudou sua versão do delito diante do juiz. O Tribunal de Justiça goiano aceitou a alegação da defesa e agendou novo julgamento. Outra vítima do criminoso foi Lidiane Vieira Melo, 16, que foi decapitada em 2004 na periferia de Goiânia, mas, antes, passou um dia e meio amarrada e sob domínio do acusado, que também bebeu o sangue dela. “Corumbá” ainda tentou esquartejá-la, mas não

conseguiu e colocou a cabeça dela em um saco plástico, que foi enrolado em um lençol e jogado em outro local. Em virtude desse caso, o serial killer foi sentenciado, em 2008, a 23 anos de prisão pela morte e ocultação de cadáver. Naquele ano, ele estava encarcerado no Maranhão, mas foi transferido para um presídio goiano. Em junho de 2000, José Vicente ainda executou a hippie Simone Lima Pinho, na cidade de Lençóis, na Bahia. E, ainda, Nathália Canhas Carneiro, 15, assassinada em setembro de 1999 na cidade mineira de Três Marias.

A PRISÃO DE “CORUMBÁ”

O serial killer foi preso em 29 de março de 2005, no município de Bragança, no Estado do Pará. Em todas as situações, “Corumbá” se passava por artesão e percorria locais turísticos, pois sua predileção eram mulheres estrangeiras. José Vicente sempre justificou seus crimes por motivos sobrenaturais, sob a alegação de que recebia “ordens demoníacas” para assassinar as vítimas.

A variação geográfica dos crimes de Corumbá é explicada

pela “vida cigana” que levava. Ele era adepto do estilo hippie e vivia viajando pelo país vendendo os produtos que fabricava. Essa vida nômade, sem residência fixa por um tempo maior, também dificultou os trabalhos de investigação que acabaram resultando em sua prisão.

FOTOS: ARQUIVO



"Corumbá" participou da reconstituição do crime que teve como vítima a espanhola Núria Fernandez Collada, morta a pauladas em praia de Alcântara



Após ser preso em 2005, o assassino em série confessou ter matado as seis mulheres, entre elas a alemã Maryanne Kern, na cidade de Barreirinhas

Juiz manda prender vereador do Mato Grosso por tentativa de homicídio em São Luís

PÁG. 12 [C1]

DIVULGAÇÃO



O Irmão Alexandre teve prisão decretada por crime cometido há 18 anos

Juiz manda prender vereador do Mato Grosso por tentativa de homicídio ocorrida em São Luís

DIVULGAÇÃO

O juiz da 4ª Vara Criminal de São Luís, José de Ribamar Goulart Heluy Júnior, determinou a prisão preventiva do vereador Alexandre Rodrigo Ribeiro, do PSC de Guarantã do Norte, município do Mato Grosso. Liderança evangélica, o Irmão Alexandre, como é conhecido o vereador, é acusado de tentar matar a facadas, quando tinha 20 anos, um desafeto, identificado como Marcelo Dias Câmara, na capital maranhense.

Conforme notícias divulgadas na imprensa de Cuiabá, consta nos autos processuais que Marcelo Câmara e outros estavam provocando Alexandre, que, de forma premeditada, dois dias depois, acabou praticando o crime em um ponto de ônibus próximo à Universidade Federal do Maranhão (Ufma), na área Itaquibacanga.

O juiz José de Ribamar Goulart Heluy Júnior deu a ordem de prisão preventiva encaminhada por carta precatória à Vara



O Irmão Alexandre teve prisão decretada por crime cometido há 18 anos

Única de Guarantã. O juiz local, Diego Hartmann, determinou o cumprimento do mandado. Policiais tentaram cumpri-lo durante a sessão da quarta (16), na Câmara, mas o vereador faltou e já estaria sendo tido como foragido.

O crime foi registrado no dia 30 de agosto de 2000. Depois

disso, Alexandre Rodrigo Ribeiro se mudou para o Mato Grosso. Em 2014, com a vida refeita, saiu candidato a vereador e foi por meio do sistema do Tribunal Regional Eleitoral que o Judiciário localizou o acusado.

OUTRO LADO

O advogado do Irmão Alexandre, Pedro Henrique Gonçalves, emitiu nota informando que a notícia foi recebida de forma inesperada pela população da cidade e o parlamentar. Na nota, a defesa diz ainda que a prisão foi motivada pelo fato de Alexandre não ter comparecido para responder às acusações.

Alega, porém, que jamais foi intimado e que nunca se escondeu de qualquer chamamento processual.

“Afirmamos, desta forma, que o vereador Alexandre nunca foi condenado e está tomando todas as providências para solucionar o ocorrido o mais breve possível”, encerra a nota. (COM INFORMAÇÕES DO PORTAL RD NEWS)